

Ler e compreender em revista

Pesquisa histórica, cópias digitais e documentos da Época Moderna no Brasil atual

Reading and understanding in review: historical research, digital copies and documents from the Early Modern Era in Brazil today / Leer y comprender en revisión: investigación histórica, copias digitales y documentos de la Edad Moderna en Brasil hoy

Rodrigo Bentes Monteiro

Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professor titular de História Moderna do Instituto de História da Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil. rnbenesmonteiro@id.uff.br

RESUMO

O artigo realiza uma avaliação crítica sobre a prática de autores de artigos publicados em periódicos acadêmicos brasileiros de história nos últimos anos, com o foco na Época Moderna, no que respeita ao trabalho com as fontes originais e as cópias digitalizadas disponíveis na internet. Estabelece relações entre o pouco esclarecimento sobre como se realiza a consulta documental e questões que orientam os textos, em diálogo com tendências historiográficas, o crescimento da internet e o valor dos arquivos e bibliotecas físicos na atualidade.

Palavras-chave: história moderna; metodologia de pesquisa; periódicos de história no Brasil.

ABSTRACT

This article presents a critical evaluation of the practice of authors of articles published in Brazilian academic journals of history in recent years, with a focus on the Early Modern Era, regarding to the work with original sources and digitalized copies available on the internet. It establishes relationships between the little knowledge on how document consultation is carried out and questions that guide the texts, in dialogue with historiographic trends, the growth of the internet and the value of physical archives and libraries today.

Keywords: modern history; research methodology; history journals in Brazil.

RESUMEN

El artículo realiza una evaluación crítica de la práctica de los autores de artículos publicados en revistas académicas brasileñas de historia en los últimos años, con foco en el período de la Edad Moderna, en lo que se refiere al trabajo con las fuentes originales y las copias digitalizadas disponibles en internet. Establece relaciones entre la poca aclaración sobre cómo se realiza la consulta de documentos y las preguntas que guían los textos, en diálogo con las tendencias historiográficas, el crecimiento de internet y el valor de los archivos físicos y las bibliotecas en la actualidad.

Palabras clave: historia moderna; metodología de la investigación; revistas de historia en Brasil.

Como a comunicação científica contemporânea se relaciona com a expressão escrita e visual produzida séculos atrás? De que modo os historiadores dedicados ao estudo da Época Moderna – convencionalmente situada entre o século XV e início do XIX, compreendendo povos e sociedades nas quatro partes do mundo – lidam com as chamadas fontes primárias, entre manuscritos, impressos e imagens de vária ordem e depositados em acervos diversos? Este artigo pretende responder parcialmente a essas perguntas mediante a análise de alguns periódicos acadêmicos de história publicados no Brasil nos últimos anos. Por um lado, as monografias autorais convertidas em livros – sobretudo impressos – continuam a ser reconhecidas pela comunidade de historiadores como uma produção qualificada. Mas por outro, seguindo uma tendência internacional e de outras áreas do conhecimento, nas últimas décadas os artigos publicados em revistas eletrônicas especializadas constituem um importante fator de registro e compartilhamento da pesquisa histórica, com legitimidade acadêmica, avaliação institucional e maior repercussão internacional.

Em paralelo, pelo avanço da internet, lidamos cada vez mais com programas de digitalização de fontes promovidos por grandes empresas, bibliotecas universitárias e acervos públicos ou privados de vários países. No tocante à Época Moderna, as fontes normalmente constituem manuscritos avulsos ou em forma de códice, mapas, livros impressos antigos, desenhos e gravuras diversas, quadros pintados a óleo, afrescos, esculturas etc. – cujas imagens encontram-se disponíveis na web, facilitando a investigação. O grande avanço tecnológico permite identificar o início do século XXI no Brasil como um divisor de águas na pesquisa histórica acadêmica.

Antes havia maior necessidade do trabalho presencial em arquivos e bibliotecas, o mundo das fotocópias e microfilmes, da máquina de escrever e depois do computador como editor e arquivo de textos, além do constante recurso ao *apud* para citar trechos documentais, que circulavam principalmente pela bibliografia impressa. Tudo isso condicionava o perfil de livros, teses e dissertações, bem como dos artigos publicados em periódicos, naquele tempo quase sempre em papel – o que dificultava o acesso à informação, pois havia maior custo gráfico nos exemplares das revistas acadêmicas de história, que eram então consultados em bibliotecas, fotocopiados ou adquiridos às vezes por interesse num único artigo, entre os vários que compunham um volume.

Nas duas últimas décadas, os periódicos acadêmicos de história no Brasil passaram a ser publicados on-line e com acesso gratuito – diferente do ocorrido no meio estadunidense –, em consonância ao crescimento da pós-graduação no país, dos repositórios institucionais e programas que permitem aos

historiadores disponibilizar suas produções acadêmicas no meio digital para leitores em todo o mundo. Esse processo é acompanhado pela crescente digitalização de fontes na internet. No meio cibernético, as ferramentas de busca de palavras ou imagens permitem ao pesquisador acessar mais facilmente a informação, rompendo fronteiras nacionais – não obstante com relativo [des]conhecimento específico de sociedades locais (Putnam, 2016). Assim é possível, por exemplo, comparar diferentes edições impressas digitalizadas, cópias manuscritas, réplicas de imagens, contrafações etc.; transcrever melhor a fonte manuscrita ou impressa sem depender de cópias alheias ou edições impressas posteriores; e buscar termos e frases em publicações antigas com os mais diversos propósitos. Ademais, a consulta a fontes digitalizadas contribui para melhor preservar os papéis e suportes originais, atendendo a propósitos de bibliotecários, arquivistas e conservadores-restauradores.

Portanto, no Brasil do tempo presente, o avanço da comunicação historiográfica por meio de periódicos acadêmicos é simultâneo ao incremento das fontes digitalizadas e disponíveis na internet. Os benefícios parecem ser enormes. A maior acessibilidade das cópias digitais possibilita vencer distâncias e potencializa a investigação; coloca os pesquisadores em contato com registros escritos e imagens sem depender dos metadados ou fichas catalográficas elaboradas por bibliotecários e arquivistas – difíceis de se fazer nas ditas ciências humanas, pelo conhecimento multifacetado e em movimento que essas veiculam. A recente conjuntura pandêmica apenas acentuou uma tendência dos historiadores a consultar intensamente as cópias digitais de documentos.

Em contraparte, ficamos mais distantes de bibliotecas, arquivos e do contato com outros profissionais do livro e da documentação. Afastamo-nos igualmente da materialidade dos vestígios de um passado mais distante. Desde a década de 1980, em vários países, há projetos de microfilmagem ou digitalização de documentos envolvendo o possível descarte dos originais, tendo em vista a dificuldade de espaço ou a alegada má conservação de alguns tipos de papel. No Brasil, embora os acervos permanentes e considerados de valor jurídico ou histórico nos arquivos públicos sejam preservados, há sempre risco no estabelecimento de critérios sobre os valores e a custódia da documentação original a ser conservada. Há preocupação quando a gerência desse processo decisório sobre os documentos – envolvendo a preservação, catalogação e possível descarte de variados suportes – sai das mãos dos arquivistas e historiadores profissionais comprometidos com o acervo público e passa a ser compartilhada com instituições e empresas particulares, que naturalmente possuem interesses e formações próprias. Mas até que ponto esses são aspectos decisivos na pesquisa

histórica? Esse é um tema complexo, que necessita de maior esclarecimento. Note-se que a subárea do conhecimento em foco – a história moderna – possui especial compromisso com a historicidade dos escritos e imagens de outrora, que foram produzidos há muito tempo e de modos diversos dos atuais.

O historiador navegador

Vale a pena então recuperar reflexões e experiências – divulgadas sobretudo no Brasil – que expressam diferentes momentos acerca de alguns tópicos: a leitura em livro e na internet, os programas de digitalização de documentos, a custódia e o possível descarte dos originais, as cópias digitais e a comunicação científica em periódicos de história, as ferramentas de busca na pesquisa de livros antigos e raros, a importância de uma cultura de arquivos, os descritores de uma cópia digital e o valor documental.

Em artigo publicado no Brasil em 1994, Roger Chartier disserta sobre as diferenças entre o texto em suportes de papel e no computador, que se afasta da forma mais conhecida do livro no Ocidente há muitos séculos. Comenta assim sua participação no projeto da Biblioteca Nacional da França (BNF) que daria origem ao portal Gallica,¹ concebendo-o como parte de uma revolução anunciada e já começada, na qual a leitura transita de um objeto escrito ao monitor. Essa passagem abre grandes possibilidades, mas substitui a materialidade do livro pela imaterialidade de textos sem lugar próprio, a apreensão integral da obra pela “navegação de muito longo curso, por arquipélagos textuais sem beira nem limites” (Chartier, 1994, p. 190). Tudo isso implica novos modos de ler e lidar com o escrito e o visual.

Essa revolução eletrônica, inscrita numa história de longa duração, tem precedente no mundo ocidental na substituição do volume em rolo pelo códice, o livro composto por cadernos de folhas juntados. A transferência do patrimônio escrito do códice ao monitor abre novos horizontes, mas separa os textos das formas que constituem, também, suas significações históricas. O historiador supõe que no futuro as obras de “nossa tradição” sejam somente comunicadas e decifradas por sua “representação” eletrônica. Desse modo, perder-se-ia a “inteligibilidade de uma cultura textual”, na qual o conceito de texto vinculava-se a uma forma particular do livro. Outrora o códice suplantou o rolo, mas não de modo absoluto, assim como a imprensa depois afirmou-se, apesar de o

¹ Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/accueil/fr/content/accueil-fr?mode=desktop>. Acesso em: 14 abr. 2023.

manuscrito continuar relevante na circulação restrita e particular. Por fim, o historiador defende a importância das bibliotecas na guarda da cultura escrita nas formas que foram e ainda são conhecidas (Chartier, 1994, p. 194-195).

Anos depois, numa edição de entrevistas a Jean Lebrun e impressa com muita iconografia, Chartier reflexiona sobre a grande revolução pretérita de leitura no Ocidente, quando se passou do uso do rolo ao códex – manuscrito e depois também impresso –, mudando o modo de organizar a informação, a leitura e a relação com o objeto/livro. Essa transformação teria sido maior que a chamada revolução da imprensa, que não substituiu a cultura manuscrita em vários âmbitos – algo controverso segundo alguns estudos (Eisenstein, 1998; Bouza, 2001). No tempo dessas entrevistas a internet ainda não tinha se afirmado, mas o historiador do livro mostra-se preocupado com a evolução que transforma o sentido dado pelos leitores ao que leem, pois o texto eletrônico propicia uma prática mais distante, menos corporal e mais privada – longe do convívio das bibliotecas – nos atos de ler e escrever. E chega a comentar a diferença entre ler um artigo em texto eletrônico, deslocado do número de revista no qual foi publicado, e lê-lo em meio ao dossiê temático que viabilizou a sua publicação. Paradoxalmente, o sonho da biblioteca sem muros anunciado pela internet proporciona alguns isolamentos (Chartier, 1999).

Em conferência proferida em 2001 no Rio de Janeiro, Chartier comenta que a comunicação eletrônica ocorre num mundo de superabundância textual, cuja oferta ultrapassa a capacidade de apropriação dos leitores. Ressalta a dificuldade de se compreender uma obra na tela do computador – com leitura geralmente descontínua, em busca de palavras-chave, rubricas temáticas ou fragmentos textuais – sem entrar em contato com a identidade e a coerência textual de origem. O mundo eletrônico incita assim uma nova relação com os textos, condicionando o leitor a abandonar heranças de suportes e modos de ler. Por outro lado, a internet possibilita maior contato com a hipertextualidade e eficácia na prova de leituras e transcrições.

Nesse tempo, Chartier mostra-se mais atento às inovações do e-book do que às cópias digitais de documentos, que não devem, todavia, favorecer o descarte desses. Sobre os artigos eletrônicos, comenta a polêmica em torno do acesso livre (Chartier, 2002, p. 11-32). Em outra conferência recupera o texto seminal de Roland Barthes em 1967 sobre a morte do autor (Barthes, 2012), perguntando se não estaríamos vivendo a morte ou transfiguração do leitor devido ao advento da “civilização da tela”. Lembra o bibliotecário Donald McKenzie (2018) – para quem as formas afetam o sentido de um texto – e o único suporte digital que passa a substituir os vários de outrora. Surpreendentemente, a leitura em tela com

páginas que em geral se sucedem verticalmente lembra o manejo de um rolo antigo, antes de o códex suplantá-lo como meio mais eficaz de leitura, bem como o mundo digital evoca o sonhado saber universal da biblioteca de Alexandria. Manifesta-se, enfim, preocupado com o controle das empresas sobre as plataformas digitais e a perda da sociabilidade entre pesquisadores e outros profissionais no convívio em bibliotecas e arquivos (Chartier, 2002, p. 101-123).

Em livro coordenado por Guiomar de Grammont, reunindo textos do historiador relacionados ao Brasil entre 2006 e 2019, Chartier reitera as mudanças da textualidade eletrônica nos discursos, livros, leituras, livrarias e publicações científicas, não obstante as vantagens já expostas. Em suma, passamos a viver no mundo com leitura mais fragmentada, descontínua e acelerada, tendente à indistinção de formas e gêneros textuais e ao distanciamento entre texto e objeto. Entretanto, para os bibliotecários, o texto integra a tessitura do livro físico (Chartier, 2020, p. 7-167).

Com base em sua experiência como jornalista, historiador, diretor de biblioteca e em projetos editoriais e na internet, Robert Darnton reúne ensaios escritos de 1999 a 2008, nos quais se destacam vários tópicos: a preocupação com o pretense monopólio da digitalização de livros por parte da empresa Google sem participação de bibliotecários; as mudanças no modo de pesquisar a informação e a falta de garantia da preservação das cópias digitais; o futuro das bibliotecas como “cidadelas” de guarda e consulta direta aos livros ante o espaço aberto da internet; o relativo insucesso dos programas de livros eletrônicos; o frenesi da microfilmagem e do descarte de jornais em bibliotecas dos Estados Unidos na década de 1980; o declínio da chamada bibliografia analítica e os textos mais distantes dos seus lugares e suportes; os diferentes modos de leitura no passado; e o caráter necessariamente interdisciplinar da história do livro (Darnton, 2010).

Em 2012, num debate do programa televisivo Roda Viva, o historiador estadunidense repisa os temas do livro recém-publicado no Brasil e observa o problema pedagógico criado com o distanciamento dos estudantes de história em relação aos arquivos e bibliotecas físicos. Lembra, assim, suas descobertas inesperadas e ricas com a leitura massiva de documentos agrupados em dossiês num grande arquivo público (Darnton, 2012a).

Em meio a uma recente entrevista em vídeo a pesquisadores brasileiros, ele é indagado sobre o impacto das novas tecnologias – sobretudo a digitalização de livros e documentos – no trabalho dos historiadores, em especial entre historiadores do livro e bibliógrafos (Darnton, 2020). Chama a atenção para a qualidade tátil dos livros e panfletos antigos, com uma experiência de leitura própria, pois os

leitores dos séculos XVII e XVIII olhavam para o substrato material da literatura assim como viam as palavras. Distinguiam o tipo e a qualidade do papel, na época com fabrico manual e complexo. Portanto, estudar livros e panfletos de séculos atrás é uma maneira de contatar experiências dos leitores pretéritos ao segurarem os objetos nas mãos, e não podemos reproduzir essa vivência pela digitalização e transmissão eletrônica. Podemos, sim, tornar o texto mais acessível, cruzar dados com ferramentas de busca e variadas técnicas. Por isso, Darnton vale-se constantemente do portal Gallica da BNF, onde lê panfletos franceses do século XVIII, normalmente inacessíveis fora de Paris antes da era digital.

Embora tenha participado de vários projetos, o historiador diz-se um pouco cético sobre os efeitos da digitalização em massa no modo de entender o passado, pois, nesse novo mundo comunicativo, os resultados da pesquisa histórica parecem limitados – não para se acessar os documentos de modo mais democrático, mas sim para as conclusões de análise. Em outro momento da entrevista, ressalta os benefícios das técnicas digitais para o exame da intertextualidade entre escritos, pois os livros frequentemente contêm passagens de outros livros, e assim podemos reconstruir como elementos de diferentes obras se juntam em outras, citando o exemplo da pesquisa realizada no livro *O diabo na água benta* (Darnton, 2012b).

Ao relatarem suas experiências pregressas de investigação e sendo apaixonados pelo livro, os dois historiadores destacados podem ser considerados nostálgicos de um outro tempo. Estariam assim ponderando sobre um saber específico sem relação direta com abordagens da história social ou política, por exemplo? Por essa visão, embora lidem com ideias e significados socioculturais, seus trabalhos seriam mais próximos ao universo dos bibliófilos, livreiros antiquários, colecionadores, conservadores-restauradores e leiloeiros, para quem os livros são admirados sobretudo como objetos preciosos, valiosos e/ou por sua materialidade, como indicam algumas publicações sobre manuscritos e impressos (Mindlin, 1997; Moraes, 2005; Hamel, 2017; Almada et al., 2021; Azevedo, 2021). Será preciso verificar a pertinência dessas questões em alguns exercícios de análise, tendo em conta o campo historiográfico mais amplo.

Em busca de livros raros

Em 2011, uma tese de doutorado em ciência da informação se debruça sobre o uso feito por historiadores das fontes digitalizadas de livros raros em periódicos de história publicados no Brasil entre 1995 e 2009 – aborda, assim, os primeiros 15 anos dos projetos de digitalização de acervo raro em bibliotecas. A bibliotecária Valeria

Gauz realiza um histórico da “comunicação científica”, desde o mundo das academias antigas e da Época Moderna até sua sistematização na década de 1960, no incremento dos periódicos como meio mais rápido de viabilizar a informação do que os livros. Em paralelo, técnicas e suportes transformam-se do papel artesanal ao industrializado, entre manuscritos, impressos e outras mídias como fitas magnéticas, disquetes, CDs e DVDs. A internet liberta enfim a informação dos suportes físicos e aumenta a produtividade entre pesquisadores – concomitantemente ao desenvolvimento da ciência da informação no uso do computador e sua maior proximidade com o trabalho dos bibliotecários. Gauz aborda temas como o problema da padronização dos metadados ante a singularidade das ciências humanas; a questão do *open access* à informação científica; a maior importância dos artigos, dos nomes de autores e palavras-chave – e não propriamente dos periódicos – no mundo digital; os frequentes erros nos projetos de microfilmagem e digitalização, com páginas faltantes ou duplicadas dos livros; e o caráter seletivo desses projetos, que podem excluir da memória coletiva os itens não reproduzidos (Gauz, 2011).

Entretanto, o tema principal da tese é o acesso ao livro raro digitalizado pelo historiador, antes constrangido a consultá-lo impresso em papel, em salões de leitura restritos e não raro distantes da residência ou atuação profissional. Por meio de um questionário a ser respondido por escrito, Gauz analisa depoimentos de 39 pesquisadores residentes no país que foram autores principais de artigos sobre o Brasil no período colonial, publicados nos seguintes periódicos – naquele tempo em processo de migração do formato impresso para o eletrônico: *Revista Brasileira de História* (Associação Nacional de História – Anpuh), *Revista de História* (Departamento de História da Universidade de São Paulo – USP), *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, *Tempo* (Departamento de História da Universidade Federal Fluminense – UFF), *Topoi* (Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ) e *Varia História* (Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG) (Gauz, 2011, p. 105-185).

Entre esses, quase todos os historiadores responderam ao questionário escrevendo que consultavam o livro raro digitalizado na internet em sites de bibliotecas, arquivos, em mecanismos do Google ou plataformas específicas de livros raros digitalizados, como Internet Archive e Hathi Trust Digital Library.² Embora a grande maioria (31 pesquisadores) tenha respondido que citava os livros raros disponíveis na internet em seus artigos, Gauz não verifica esse procedimento nos artigos publicados, com baixa incidência de citação ou menção

2 Disponível em: <https://archive.org/> e <https://www.hathitrust.org/>. Acesso em: 1 maio 2023.

a documentos digitalizados. Entre 1995 e 2009, somente um autor citou um livro raro digitalizado em artigo nos referidos periódicos. Um dos entrevistados justificou a sua prática de não citação pela instabilidade dos sites, fazendo os livros digitalizados desaparecerem. Em contraparte, 37 pesquisadores reconheceram o impacto do uso de livros raros na internet em suas pesquisas, por vários motivos: a possibilidade de retorno à fonte para verificar informações e corrigir dados; o uso de obras de referência antigas digitalizadas, como dicionários, enciclopédias etc.; os catálogos on-line que facilitam a pauta de pesquisa; o aumento do espectro das investigações; o acesso a mais edições de um livro e a possibilidade de compará-las. Por outro lado, 25 pesquisadores responderam que o livro impresso não substitui o digitalizado, a depender do caso. E outros salientaram que a entrevista deveria contemplar também os folhetos impressos e fôlios manuscritos digitalizados, por exemplo, as fontes provenientes do Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco, depositadas no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), em Lisboa (Gauz, 2011, p. 192-208).

Em minha trajetória profissional, o exercício de análise mais rico tributário da pesquisa com cópias digitais de livros raros disponíveis na internet começou quando voltei a estudar o *Discurso histórico e político...* sobre a sublevação de Vila Rica em 1720, impresso primeiramente em jornal e livro em 1898 (Veiga, 1898) e reeditado pela Fundação João Pinheiro, em Belo Horizonte, em livro organizado por Laura de Mello e Souza (1994). Como se sabe, nessa época a historiadora não podia contar com a internet e menos ainda com as cópias digitais de livros antigos. Ao revisitar o conhecido e misterioso *Discurso* – o texto é anônimo e não possui dedicatário explícito – por sua última edição impressa e copiar e colar trechos deste na internet em 2013-2014, comecei a identificar leituras e apropriações feitas por seus autores de passagens de obras impressas, trasladadas com fidedignidade ou interpoladas na sua escrita. Identifiquei também vários nomes de autores e personagens – por exemplo, o jesuíta francês Nicolas Caussin ou o escritor bolonhês Virgilio Malvezzi, ambos da primeira metade do século XVII – cujas grafias aparecem modificadas no texto central do *Discurso*, como fruto de edições em castelhano consultadas pela autoria, ao que tudo indica colaborativa. Naquele tempo – seguindo a tendência e pela dificuldade de auxílio financeiro – planejamos a edição do livro *Maquiavel no Brasil* em formato ePUB. Desse modo, em meu capítulo e nos textos de outros autores, os links nas notas e referências abririam para páginas na internet nas quais as obras originalmente consultadas surgiriam por suas cópias digitais, num movimento intertextual. O livro foi publicado em versões e-book e impressa. Todavia, na edição física – bem mais consultada – os

enormes links enfeiam as referências e não garantem o seu funcionamento no presente (Monteiro, 2015, p. 179-221).

A pesquisa desenvolveu-se pelo contato com o manuscrito de origem e a cópia digital disponibilizada pelo Arquivo Público Mineiro (APM), onde o códice está depositado desde 1896. Mediante a cópia digital, pude transcrever todo o escrito conforme a ortografia e pontuação nele encontradas, incluindo as quase quinhentas notas marginais integrantes do códice caprichosamente urdido. Desse modo, consegui verificar a correspondência com muito mais leituras e apropriações realizadas na escrita do códice por meio de cópias digitais de livros antigos e raros na internet, do século XVI ao XVIII, abrangendo, por exemplo, edições de clássicos, livros de aforismos e obras modernas.

O exercício hermenêutico – conjugado a pesquisas sobre a trajetória do códice no tempo e sua materialidade – permitiu fundamentar melhores hipóteses sobre a autoria do *Discurso*, o primeiro leitor, as circunstâncias de produção, as motivações do manuscrito enigmático e as recepções deste até chegar ao APM. Mas dessa vez, tendo em vista o projeto editorial de livro impresso, não escrevi os longos links – por ventura instáveis – na redação das notas e bibliografia pertinentes aos livros impressos e antigos, preferindo explicitar o procedimento metodológico que pauta essas reflexões no próprio corpo do texto e em notas explicativas. Portanto, nesse caso, a importância da consulta ao original não dispensou o uso de novas tecnologias nos exames materiais e visuais e o recurso a cópias digitais do manuscrito e de outros livros e documentos na internet (Monteiro, 2023).

A consulta de cópias digitais também permitiu comparar caligrafias de manuscritos correlatos e depositados em diferentes arquivos de Portugal e Brasil. Todavia, foi a consulta presencial do manuscrito e do catálogo do leilão da livraria dos condes de Linhares em Lisboa – impresso, mas não digitalizado – que possibilitou identificar o autor gráfico da cópia manuscrita do *Discurso* feita em 1825 e depositada na Fundação Biblioteca Nacional, do Brasil, em meio a uma disciplina de graduação do Instituto de História da UFF ministrada na Seção de Manuscritos. Essas e outras experiências com colegas foram registradas em livro impresso no qual, após perscrutar um folhetim publicado em jornal no Rio de Janeiro no início do século XX com atenção a sua forma textual e dimensões materiais, afirmo de forma categórica na introdução que o documento não é a sua imagem (Monteiro, 2022a, p. 7-30, p. 157-208).

Desdobramentos em tela

A tese de Gauz inspirou, no primeiro semestre de 2022, uma proposta de trabalho escrito na graduação em história da UFF, na disciplina História e patrimônio. Na unidade sobre patrimônio bibliográfico, após a discussão do livro de Donald McKenzie sobre a bibliografia e a sociologia dos textos (McKenzie, 2018), cada aluno foi instado a escolher – conforme a sua subárea de preferência – três artigos publicados on-line no Brasil por revistas acadêmicas qualificadas de história, desde 2017. A escolha dos textos foi variada, abrangendo diversas temporalidades, temas e espaços sociais. Os 15 alunos que entregaram os trabalhos analisaram como os autores/artigos escolhidos lidaram com as fontes originais – sem especificações de tipo, incluindo manuscritos, impressos, desenhos, pinturas, objetos etc. – e/ou as cópias digitais, como as citaram ou comentaram, se os autores consideraram suas formas para além do conteúdo escrito e visual e de que modo. Os links de consulta aos artigos foram fornecidos pelos alunos e verificados pelo professor. Grosso modo, as conclusões nos trabalhos não foram distintas das da tese antes referida: há pouco esclarecimento nos artigos publicados se a consulta aos documentos ocorreu de modo presencial e/ou virtual, e as análises em geral restringem-se à mensagem escrita ou visual, com mínima atenção ao formato das fontes e sua situação nos acervos.

Em outubro do mesmo ano, realizou-se um pequeno seminário em modo virtual com duas mesas sobre a pesquisa histórica, a digitalização de fontes e as cópias na internet, com debates e participações especialmente preparadas de arquivistas e historiadores da Espanha e do Brasil. Destaca-se a exposição de Fernando Bouza na primeira mesa, sobre os efeitos da digitalização na investigação histórica. O historiador espanhol observa os aspectos de ampliação e democratização do acesso às fontes – fundamentais, por exemplo, para a manutenção de atividades investigativas na conjuntura de pandemia recentemente vivida. Também ressalta a relevância dos projetos de digitalização de documentos para melhor preservar os originais, sendo, assim, menos manuseados pelos consulentes. Mas há também mudanças no modo de investigar das novas gerações de estudantes, sobre a busca de documentos e informações na internet e a perda de contato com bibliotecários e arquivistas, na falta de uma cultura arquivística. Em decorrência, busca-se mais extrair a informação do documento, ignorando a materialidade dos suportes e a cultura escrita original, com atenção a formas, encadernações e papéis vários, por vezes com manuscritos que foram juntados num códice de modo não aleatório no passado. Com a leitura apenas digital, os textos tendem a ser desvinculados de suas práticas seminais.

Por outro lado, as fontes não digitalizadas deixam de ser consultadas, condicionando as pesquisas. Como vemos, Bouza reitera os argumentos de Chartier e Darnton sobre a perda desses matizes na investigação histórica, que assim se empobrece e torna-se menos sensível ao patrimônio documental e bibliográfico. Portanto, faz-se necessária uma nova pedagogia investigativa por parte de professores e alunos. O historiador mostra enfim – na tela do vídeo da sessão em que ocorre a mesa – textos que não podem ser digitalizados, como pequenos livros sinestésicos feitos para bebês séculos atrás (Bouza, 2022).

A experiência que ora se apresenta refere-se a minha participação no mesmo seminário na mesa seguinte, com um levantamento prévio feito sobre a produção de artigos publicados on-line em cinco revistas acadêmicas de história, no Brasil, desde 2019 até 2022, na temporalidade convencional da Época Moderna, ou seja, *grosso modo* entre o século XV e a segunda década do século XIX, considerando os diferentes espaços e suas histórias: América, África, Europa, Ásia etc. (Monteiro, 2022b). O espectro temporal de consulta aos periódicos foi depois estendido até o momento de escrita deste artigo, no primeiro semestre de 2023. Foram assim escolhidas cinco revistas normalmente bem avaliadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), órgão ligado ao Ministério da Educação, em ordem alfabética: *Revista Brasileira de História*, da Anpuh; *Revista de História*, do Departamento de História da USP; *Tempo*, do Instituto de História da UFF; *Topoi*, do Instituto de História da UFRJ; e *Varia História*, do Departamento de História da UFMG.

Nessas cinco revistas e desde os primeiros números de 2019 até o presente, foram selecionados para leitura 170 artigos, conforme a periodização e alcance espacial indicados. Seus autores são em maioria historiadores formados em universidades brasileiras de norte a sul do país, mas também atuantes em Portugal, Espanha, Argentina, Uruguai, Colômbia, México, França e Estados Unidos, contando ainda com poucos críticos literários. Fez-se então uma leitura transversal – por vezes mais detalhada – dos textos principais, das notas de rodapé e referências finais nesses artigos, procurando responder às seguintes perguntas:

1) Com que tipos de fontes os autores trabalham, entre impressos, manuscritos, obras artísticas e demais artefatos? Essa pergunta acabou sendo acrescida com anotações sobre os arquivos, bibliotecas e demais acervos físicos cotejados para a redação de cada artigo, à medida em que os textos eram lidos;

2) Os autores mencionam ou não que trabalharam com documentos originais ou com as cópias digitais? Note-se que não se incluem aqui os artigos em periódicos, livros contemporâneos ou dissertações e teses acadêmicas, atualmente disponíveis on-line e não raro natodigitais. A pergunta refere-se sobretudo

aos manuscritos e impressos provenientes da Época Moderna, com papéis e pergaminhos produzidos na temporalidade destacada, bem como exemplares de livros impressos naquele tempo, cujas cópias digitais podem ou não estar disponíveis na internet, em portais de arquivos e bibliotecas ou em acervos internacionais com mecanismos de busca de livros antigos e raros digitalizados. Nesse cômputo não se buscaram apenas citações explícitas de páginas na web, pois também as menções e pequenos comentários na mancha gráfica central ou em notas elucidavam de algum modo como as fontes foram consultadas, e assim foram registrados. Por exemplo, uma simples alusão ao Projeto Resgate – que microfilmou e digitalizou desde o fim do século XX fontes relativas ao Brasil no AHU, em Lisboa, copiadas em CDs e hoje disponíveis nos sites do AHU e da Fundação Biblioteca Nacional, do Brasil – esclarecia a questão. Também há casos de consultas presenciais a documentos originais em acervos que foram continuadas na residência ou trabalho do pesquisador, mediante fotografias de manuscritos ou impressos raros feitas pelos autores dos artigos para melhor leitura e talvez a transcrição do documento. Há muitas situações de difícil detecção. Mas prestou-se atenção, fundamentalmente, ao fato de se mencionar ou não os originais e cópias digitalizadas nos textos em tela, ou de ser possível depreender o tipo de consulta realizada pela exposição da análise empreendida e pelas conclusões efetuadas;

3) A análise das fontes nos artigos restringe-se a sua mensagem escrita e/ou visual, ou seja, à informação ou representação extraída do texto ou da imagem? Ou a pesquisa vai além, ao apresentar observações sobre a configuração visual das páginas, incluindo a caligrafia ou os tipos gráficos, ou até sobre a materialidade do manuscrito ou impresso em destaque? Essa pergunta desdobrou-se em anotações de comentários por ventura feitos nos textos sobre fundos documentais considerados em visões de conjunto, abrangendo as encadernações em códices, as séries de registros e suas histórias, as inserções em coleções e acervos etc. – em outras palavras, algo mencionado na mesa do debate anterior do referido seminário, sobre a existência de uma cultura de arquivo no pesquisador;

A última coluna da tabela construída paulatinamente foi reservada a aspectos que podiam ser trabalhados nos artigos tendo em vista a análise das fontes, por exemplo, sobre suas recepções ou circulação, ou acerca do tipo de pesquisa na qual o artigo se insere: história social, intelectual, política, econômica, da cultura escrita etc.

Quase todas as questões tiveram respostas complexas e passíveis de interpretação, pois os artigos não são homogêneos entre si e também possuem uma diversidade intrínseca, ao apresentarem diferentes itens e momentos de escrita

em seus desenvolvimentos. Há artigos que priorizam um *corpus* documental ou documento específico, enquanto outros lidam com séries de documentos, e outros nos quais a consulta às fontes é apenas acessória a uma discussão bibliográfica maior. Devido a essa heterogeneidade, foi preciso excluir desse *cômputo* interrogatório e errático artigos que eram completamente bibliográficos, ou seja, que não lidavam diretamente com documentos provenientes da Época Moderna. Trata-se de discussões historiográficas sobre um tema daquela temporalidade, não raro competentes, mas que não se enquadram na proposta de análise. Também foram excluídos os artigos que, no âmbito da história atlântica, global ou da pesquisa de redes sociais, não lidavam diretamente com os documentos da temporalidade elegida, mas sim com registros, dados quantitativos e gráficos realizados em arquivos ou feitos por contagem própria, sendo assim fruto de uma reelaboração de arquivistas ou dos autores sobre as fontes. Essas são propostas válidas conforme as novas escalas de observação, mas também fogem ao escopo pretendido.

Ficamos, assim, com 159 artigos. Entre esses, vários citam fontes publicadas após a Época Moderna, ou seja, os textos tratam de manuscritos que foram impressos bem depois ou impressos séculos atrás, sendo posteriormente reeditados na contemporaneidade, trabalhando-se então, nos periódicos em tela, com a edição mais recente. Há também artigos nos quais se citam trechos de fontes através de outra bibliografia, com o uso do *apud*. Mas essas remissões indiretas a fontes pregressas por meio de trabalhos contemporâneos não correspondiam à totalidade dos textos em causa, ou as citações *apud* não se referiam aos documentos, por assim dizer, “protagonistas” da investigação, e, portanto, esses artigos não foram excluídos das questões explicitadas.

Desse modo, nesse total sempre subjetivo e inexato de 159 artigos, aproximadamente 40 textos, ou 25 %, mencionam ou citam em algum momento que lidaram com cópias digitais ou documentos originais provenientes da Época Moderna. Por sua vez, somente 16 artigos – 10% do total – foram considerados como indo além da explicação da mensagem escrita e/ou visual, ultrapassando a informação considerada em termos mais abstratos, ao expressarem dados sobre os suportes das fontes ou comentarem a tipologia documental. E um número menor, correspondendo a 5% do total, apresenta reflexões sobre os *corpi* de fontes ou acervos nos quais essas se encontram. Este último percentual não é exatamente coincidente à contagem anterior, ou seja, os artigos que concedem alguma atenção à materialidade e aos gêneros documentais não são necessariamente os mesmos em que se comentam os acervos físicos, fundos e coleções nos quais as fontes se encontram. Há ainda dois artigos que se valeram de cópias

digitais para transcrição paleográfica dos manuscritos, como partes integrantes dos textos ora publicados. Com efeito, o recurso a digitalizações tem sido importante nessa tarefa pela possibilidade de consulta constante à fonte, verificação de erros, ampliação de imagens e uso de novas ferramentas tecnológicas.

Exploremos assim os dados mais relevantes. Primeiro, a constatação de que $\frac{3}{4}$ dos autores de artigos publicados nesses cinco periódicos eletrônicos acadêmicos de história, desde 2019 até o presente, não discriminam em nenhuma etapa de seus textos se trabalharam com as fontes originais ou com cópias digitalizadas. Depois, verifica-se que 90% do total desses artigos restringem a leitura dos documentos trabalhados a uma extração de informações sobre as respectivas sociedades, contextos e/ou ideias perscrutadas. Evidentemente, esses informes e pontos de vista tendem a ser explicados por suas parcialidades – algo bem apreendido pela historiografia contemporânea. Outra possibilidade de desenvolvimento do trabalho com as fontes se expressa quando os artigos apresentam uma leitura mais imanente e nominalista do próprio texto ou imagem, entendendo sua historicidade de modo associado a uma estética de representação literária e/ou artística. Portanto, em linhas gerais, os diversos perfis acadêmicos elencados acima podem ser tipificados como textos de história social – no sentido largo –, ou das ideias ou conceitos, ou da cultura escrita e visual, com maior ou menor ênfase dos estudos de linguagem.

Por outro lado, vale a pena evidenciar em visão de conjunto 13 artigos que se destacam ao discriminarem em algum momento dos textos o trabalho encetado com originais e digitalizações, por apontamentos feitos sobre a documentação cotejada em relação ao tema do artigo, e/ou por contextualizarem as fontes quando comentam – mesmo brevemente – sua trajetória ou organização em acervos diversos. Trata-se de artigos publicados nos cinco periódicos analisados, não havendo assim discrepância entre as respectivas linhas editoriais, que refletem tendências historiográficas maiores. Entre esses, vários podem ser entendidos no âmbito da história da cultura escrita e visual ou do livro. Mas há artigos que apresentam características de uma história social – no sentido largo da expressão –, ao situarem as fontes em contextos mais amplos e também nos arquivos e bibliotecas onde se encontram. Esses textos mostram-se atentos às formas e conteúdos de impressos e manuscritos, podendo priorizar um ou dois documentos, por assim dizer protagonistas da investigação, ou lidar com vários corpi de fontes em códices, cadernos, fundos arquivísticos ou coleções. Algumas informações sobre os conjuntos documentais, seus ingressos e disposição nos acervos encontram-se nos próprios sites de arquivos e bibliotecas. Todavia, ao relacionar esses dados à análise, o trabalho dos autores faz

diferença, ao se aproximar das motivações e recepções envolvendo a produção de escritos e imagens, e do sentido original de elaboração desses documentos – aplicam assim lições há muito disseminadas no meio historiográfico (Bloch, 1987; Benjamin, 1987, p. 222-232; Le Goff, 1984; Ginzburg, 2002). Esses artigos são sensíveis ao evidenciarem que os registros com os quais lidamos no presente não foram feitos ou mesmo lidos primeiramente em telas de computador.

Contudo, não resta dúvida de que vivemos um momento crítico a respeito da preservação das fontes, sobretudo escritas, com o pouco apreço dos governos e da própria sociedade pelo patrimônio bibliográfico e documental depositado em bibliotecas e arquivos públicos. Em paralelo, a maneira de se realizar a pesquisa histórica experimenta profundas mudanças ante a afirmação de novos meios de acesso aos documentos e a metamorfose dos suportes. Não se trata apenas de registros materialmente exuberantes, como manuscritos notáveis e edições impressas com encadernação luxuosa, cuja digitalização seria mais complexa. Tratamos também de textos muitas vezes melhor compreendidos em série, como uma correspondência administrativa, processos inquisitoriais, panfletos políticos, fontes cartorárias ou exemplares de livros impressos por meio artesanal. De algum modo ficamos meio insensíveis a essas outras dimensões: a produção e existência material de um texto, bem como sua inserção histórica em conjuntos maiores formados por cadernos, séries, coleções, fundos, arquivos e bibliotecas, organizados e reorganizados no decorrer do tempo. Gostaria de me incluir como um autor com acertos e desacertos em relação ao tema.

A que isso se deve? Passo a levantar uma série de hipóteses inter-relacionadas e ainda embrionárias, carentes de maior verificação empírica:

1) A maior digitalização das fontes e sua grande acessibilidade na internet nas últimas décadas acentuou uma tendência já existente na historiografia brasileira do século XX, ao considerar sobretudo a mensagem mais abstrata escrita e/ou visual de um texto em detrimento de seus suportes originais, contextos e arranjos nos acervos particulares e públicos;

2) Essa tendência se verifica nos currículos e disciplinas de graduação e pós-graduação em cursos de história, no Brasil, que em geral concedem mais atenção ao debate bibliográfico – em grande parte com leituras fragmentadas e rápidas de textos curtos, fotocopiados ou digitalizados – do que à experiência investigativa em arquivos e bibliotecas, mediante a prática de laboratórios de pesquisa;

3) A chamada *virada linguística* no século passado, com seu grande contributo à explicação dos textos vindos de tempos mais distantes, favoreceu, no entanto, uma leitura mais imanente e abstrata dos mesmos, entendendo a historicidade de um escrito sobretudo pelo seu aspecto estético, no âmbito dos gêneros discursivos pertinentes

às belas-lettras. Esse movimento contribuiu para desmaterializar o texto e paradoxalmente afastou as ciências humanas – em particular a história – de ofícios tradicionais como a filologia, a paleografia e o trabalho de bibliotecários, arquivistas e conservadores-restauradores – essa é a hipótese de Donald McKenzie (2018, p. 21-103);

4) A práxis da historiografia brasileira na edição impressa de textos antes manuscritos é bastante irregular, desde o século XIX. Em linhas gerais, ela oscila entre a adoção de métodos mais criteriosos de transcrições [semi]diplomáticas e a atualização ortográfica, até mesmo com alterações de pontuação e a supressão de trechos do documento, a depender de questões editoriais e comerciais. Somente nos últimos anos há projetos mais atentos aos textos vindos de séculos atrás, que se comunicam também por signos gráficos não verbais. Compreende-se os diferentes públicos a que a edição de um documento pode se destinar, entre leigos interessados, professores, alunos, historiadores e filólogos especialistas. Mas a relativa falta de rigor no tocante à leitura e cópia de textos antigos nesse campo contribui para deixar de lado a alteridade e identidade das formas gráficas – inclusive o aspecto ritual e solene de alguns textos em fontes seriais, por exemplo num registro inquisitorial ou de testamento – em prol de uma mensagem mais objetiva e informativa;

5) A pressão e o incentivo a maior produtividade acadêmica por agências de fomento, órgãos de governo e programas de pós-graduação podem levar os historiadores a publicarem investigações pouco amadurecidas, com conclusões apressadas e superficiais. A consulta somente a fontes digitalizadas é coerente a esse ritmo mais célere de pesquisa e das publicações em periódicos. Esquece-se assim a necessidade, em muitos casos, de uma investigação meticulosa e lenta – conforme salientaram outrora Carlo Ginzburg e Adriano Prosperi, em livro recentemente editado no Brasil (2023), com destaque para as questões de método;

6) Também nas revistas eletrônicas se expressa por parte dos historiadores um disfarce da consulta a fontes digitalizadas, devido a maior credibilidade do documento original impresso ou manuscrito. Por esse prisma, omite-se a informação sobre o modo como se realizou a consulta e a análise dos documentos. Essa possibilidade foi suposta pelos alunos de uma recente disciplina de pós-graduação de metodologia em história moderna, sobre o trabalho com as fontes, ao lidarem com a referida exposição no seminário disponível on-line;

7) Os arquivos e bibliotecas com programas de digitalização de documentos não apresentam ainda descritores satisfatórios para minimizar a falta de contato com os registros físicos. Por exemplo, a documentação digitalizada no Projeto Resgate, em princípio microfilmada e depois gravada em CDs, carece de informações a esse respeito. Não obstante, ela é disponibilizada no site da Fundação Biblioteca Nacional com um eficiente sistema de busca de palavras que facilita a

pesquisa nas digitalizações (dos microfilmes) dos manuscritos.³ Poucos artigos se valem dos comentários de arquivistas e historiadores que lidaram com a história do fundo Conselho Ultramarino, a organização em fólios avulsos e códices e sua múltipla tipologia documental, abrangendo poderes de centro e periféricos em vários tempos do império português, do século XVI ao XX (Martinheira, 2001). Por sua vez, o site do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), em Lisboa, se por um lado apresenta boas explicações sobre a história custodial e arquivística dos fundos e coleções ali existentes, por outro raramente informa sobre as dimensões originais das muitas fontes digitalizadas – reproduções não raro feitas sob demanda dos próprios investigadores d'aquém e d'além mar.⁴ Os diversos tipos de fontes sobre as partes do Brasil e Maranhão provenientes do AHU e a vasta e plural documentação do ANTT são inequivocamente os dois acervos mais citados, entre os 159 artigos analisados. É plausível presumir que muitos autores – sem explicitar a prática nos seus artigos – leram esses manuscritos em formato digital. Mas quais de nós conhecem os perfis documentais, as dinâmicas, organizações e trajetórias das fontes consultadas nesses dois arquivos públicos em Portugal?

8) Por sua vez, os funcionários de arquivos e bibliotecas públicos, ante o incremento dos programas de digitalização de fontes para a pesquisa histórica e as edições fac-símile de livros antigos, nem sempre são sensíveis a demandas de investigadores para lidarem com os originais de modo presencial, tendo em vista a melhor conservação desses. De fato, a justificativa dos funcionários institucionais procede, pois muitas questões podem ser resolvidas mediante a leitura de cópias digitais, que devem constituir um primeiro nível de análise documental. Mas há casos em que o contato com as digitalizações ou edições fac-símile (por vezes de má qualidade e resolução) não é suficiente para a boa exploração do documento. Minha experiência particular e a prática de orientandos e colegas historiadores mostra que, atualmente, os obstáculos para se consultar os originais – possuidores de cópias digitais – podem ser vencidos, desde que com argumentos bem fundamentados, em acervos públicos do Brasil e Espanha, contando-se, todavia, com mais dificuldade em Portugal.

3 O sistema de busca das digitalizações está disponível em: <https://resgate.bn.br/docreader/docmulti.aspx?bib=resgate>. Acesso em: 1 maio 2023. Ainda há informações sobre séries documentais no site antigo. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/projetoresgate/>. Acesso em: 1 maio 2023. No novo site encontram-se projetos recentes, como a catalogação da série Reino e do códice 255 do fundo Conselho Ultramarino. Disponível em: <https://www.gov.br/bn/pt-br/central-de-conteudos/projeto-resgate>. Acesso em: 1 maio 2023.

4 Disponível em: <https://antt.dglab.gov.pt/>. Acesso em: 14 abr. 2023.

Portanto, para grande parte dos autores de artigos publicados nos referidos periódicos brasileiros, focalizados na temporalidade da Época Moderna e em diferentes espaços, parece que não faz diferença esclarecer ou não que se trabalha em diferentes momentos do texto com as cópias digitais e/ou com os documentos originais – pois as perguntas a serem feitas às fontes permanecem sendo, grosso modo, as mesmas: em torno da captação de parcialidades, conteúdos e ideias, ou da explicação escrita e iconográfica. Estamos assim distantes de compreender um texto como um objeto ou artefato pleno de significados, agregando o entendimento comum de bibliotecários e arquivistas ao olhar historiográfico.

Na era digital, vivemos, desde o início do século XXI, uma confusão muito grande entre o documento e sua cópia representada na internet. Os projetos de digitalização e as cópias de fontes disponibilizadas on-line abrem muitos horizontes de pesquisa, bem sabemos. Mas também limitam a investigação histórica em vários aspectos: ao não reproduzirem as experiências de leitura de muitos textos e imagens que ocorreram de modo diferente no passado; ao distanciarem o jovem pesquisador dos suportes originais que também possuem informações de relevo na sua materialidade; ao afastarem os historiadores dos arquivos e bibliotecas e do contato direto com outros profissionais da história do livro e dos documentos, ficando todos, paradoxalmente, mais solitários.

Em outras palavras, as fontes de origem foram produzidas para algo específico, em contextos mais distantes. Essa compreensão da alteridade do registro histórico nem sempre é óbvia e transparente. Mas os escritos e imagens elaborados outrora ganham autonomia ao se desprenderem dos suportes originais e acervos nos quais se encontram. Desse modo, podem servir a outros objetivos nos trabalhos historiográficos contemporâneos, sem maiores considerações sobre seus primeiros significados e trajetórias entre acervos, de modo a atenuar o anacronismo das leituras. Essas ideias fazem sentido ou são por demais rigorosas?

Os arquivos históricos e bibliotecas estão hoje mais vazios, enquanto grande parte das investigações se realiza nas próprias residências dos pesquisadores. O assunto parece relacionar-se com o delicado tema da gestão e custódia dos documentos nos arquivos públicos, no que respeita à atuação dos historiadores e ao valor social dos patrimônios bibliográficos e documentais, ante o impacto das tecnologias digitais na difusão dos acervos, com sensíveis mudanças na prática de investigação. Assim como já percebemos que a internet e o e-book não substituem o livro impresso na atualidade, a pesquisa histórica – sobretudo a voltada para os registros produzidos em tempos mais longínquos, como a temporalidade aqui contemplada – também continua a necessitar do

contato e das informações advindas dos originais e seus locais de custódia, em complemento ao intenso uso das novas tecnologias. Essa práxis conjugada de ações investigativas pode fazer a diferença entre apenas ler, e compreender, em plena era digital.

Agradeço a André de Melo Araújo, Cláudia Heynemann, Claudia Lacombe Rocha, Fernando Bouza, Iris Kantor, Lisa Voigt, Márcia Almada, Maria Aparecida Borrego, Maria Fernanda Bicalho, Nívia Pombo, Ronaldo Vainfas, Silvia Hunold Lara, CNPq – processo 307108/2022-8 e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) – processo APQ-00237-22.

Referências

- ALMADA, Márcia; VELOSO, Bethania; UTSCH, Ana (org.). *Experiências e reflexões sobre a restauração de documentos gráficos*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2021.
- AZEVEDO, Pedro de. *Vida com livros: livros com vida*. Lisboa: Agir, 2021.
- BARTHES, Roland. A morte do autor. In: BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. Tradução de Mario Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2012 [1967]. p. 57-63.
- BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987 [1985].
- BLOCH, Marc. *Introdução à história*. Tradução de Maria Manuel e Rui Grácio. Lisboa: Europa-América, 1987 [1949].
- BOUZA, Fernando. *Corre manuscrito: una historia cultural del Siglo de Oro*. Madrid: Marcial Pons, 2001.
- BOUZA, Fernando. A pesquisa histórica e a digitalização de fontes – Espanha. In: ARAÚJO, André de Melo; MONTEIRO, Rodrigo Bentes (org.). *III Seminário internacional materialidade e interpretação de manuscritos e impressos da Época Moderna*. 14 out. 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=det6W-_xlo4&t=4853s. Acesso em: 7 abr. 2023.
- CHARTIER, Roger. *Um mundo sem livros e sem livrarias?* Coordenação de Guiomar de Grammont. São Paulo: Letraviva, 2020.
- CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. Tradução de Fulvia M. L. Moretto. São Paulo: Editora Unesp, 2002.
- CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. Tradução de Reginaldo de Moraes. São Paulo: Editora Unesp; Imprensa Oficial SP, 1999 [1997].
- CHARTIER, Roger. Do códice ao monitor: a trajetória do escrito. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 8, n. 21, p. 185-199, 1994. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9669/11239>. Acesso em: 13 mar. 2023.
- DARNTON, Robert. *Interlocuções*. Entrevista a Jonathan Portela, André de Melo Araújo, Luís Filipe Silvério Lima e Verônica Calsoni. 3 jul. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=96KGpAMfufY&t=219s>. Acesso em: 14 mar. 2023.
- DARNTON, Robert. *Entrevista no Roda Viva*, TV Cultura, São Paulo. 24 set. 2012a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Eo3w-TUimklU&t=2938s>. Acesso em: 13 abr. 2023.
- DARNTON, Robert. *O diabo na água benta: ou a arte da calúnia e da difamação de Luís XV a Napoleão*. Tradução de Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Companhia das Letras, 2012b [2010].
- DARNTON, Robert. *A questão dos livros: passado, presente e futuro*. Tradução de Daniel Pellizzari. São Paulo: Companhia das Letras, 2010 [2009].
- EISENSTEIN, Elizabeth L. *A revolução da cultura impressa: os primórdios da Europa moderna*. Tradução de Osvaldo Biato. São Paulo: Ática, 1998 [1983].
- GAUZ, Valeria. *História e historiadores de Brasil colonial, uso de livros raros digitalizados na comunicação científica e a produção do conhecimento, 1995-2009*. 2011. Tese (doutorado em ciência da informação) – Universidade Federal Fluminense, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Niterói (RJ), 2011.

- Disponível em: <http://eprints.rclis.org/16566/1/vgauttese.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2023.
- GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. Tradução de Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002 [2000].
- GINZBURG, Carlo; PROSPERI, Adriano. *Jogos de paciência: um seminário sobre o “Benefício de Cristo”*. Tradução de Tiago Gil e Romulo Salvino. Porto Alegre: Ladeira Livros, 2023 [1975].
- HAMEL, Christopher de. *Manuscritos notáveis*. Tradução de Paulo Geiger. São Paulo: Companhia das Letras, 2017 [2016].
- LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: ROMANO, Ruggiero (org.). *Enciclopédia Einaudi: memória-história*. Tradução de Suzana Ferreira Borges. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984. p. 95-106.
- MARTINHEIRA, José Sintra. *Catálogo dos códices do fundo do Conselho Ultramarino relativos ao Brasil existentes no Arquivo Histórico Ultramarino*. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura; Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- McKENZIE, Donald F. *Bibliografia e a sociologia dos textos*. Tradução de Fernanda Veríssimo. São Paulo: Edusp, 2018 [1999].
- MINDLIN, José. *Uma vida entre livros: reencontros com o tempo*. São Paulo: Edusp; Companhia das Letras, 1997.
- MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *O códice endiabrado: da sublevação nas Minas em 1720*. Niterói: Eduff, 2023.
- MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *Introdução ao subterrâneo do tempo; O papel da cópia*. In: MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *Modernos em curso: escritos e imagens no tempo*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul; Niterói: Eduff, 2022a. p. 7-30 e p. 157-208.
- MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *A pesquisa histórica e as cópias digitais – Brasil*. In: ARAÚJO, André de Melo; MONTEIRO, Rodrigo Bentes (org.). *III Seminário internacional materialidade e interpretação de manuscritos e impressos da Época Moderna*. 21 out. 2022b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rIMf92MSpPo&t=4708s>. Acesso em: 7 abr. 2023.
- MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *Catilinária mineira: o discurso da revolta de 1720 em Vila Rica*. In: MONTEIRO, Rodrigo Bentes; BAGNO, Sandra (org.). *Maquiavel no Brasil: dos descobrimentos ao século XXI*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2015. p. 179-221.
- MORAES, Rubens Borba de. *O bibliófilo aprendiz*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.
- PUTNAM, Lara. *The transnational and the text-searchable: digitized sources and the shadows they cast*. *American Historical Review*, Oxford, v. 121, issue 2, p. 377-402, April 2016. Disponível em: <https://academic.oup.com/ahr/article/121/2/377/2581842>. Acesso em: 3 jun. 2023.
- SOUZA, Laura de Mello e (org.). *Discurso histórico e político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994.
- VEIGA, José Pedro Xavier da (org.). *A revolta de 1720 em Vila Rica: discurso histórico-político*. Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1898.

Recebido em 28/2/2023

Aprovado em 12/5/2023